



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

A ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO DE CASO DO CENTRO DE ESTIMULAÇÃO PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA SENSORIAL AUDITIVA E VISUAL (CES) TERESINA-PI

Ana Carolina Machado de Oliveira¹
Carlota Caroline Sousa dos Santos²

Resumo: A presente pesquisa tem como tema o(a) assistente social na educação e como delimitação de tema a atuação do(a) assistente social na educação especial no Centro Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial Auditiva e Visual (CES) em Teresina - PI. Tem como objetivo geral compreender a importância do assistente social no Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial Auditiva e Visual (CES) de Teresina - PI e como objetivos específicos apontar as ações que o Assistente Social desenvolve no Centro, além de identificar as principais demandas do Assistente Social no CES, assim como verificar a necessidade do trabalho do mesmo dentro de uma equipe multidisciplinar no CES. A metodologia utilizada foram as de pesquisas bibliográfica e de campo, de caráter exploratória, por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários, os quais foram realizados com três Assistentes Sociais, uma Psicóloga e uma Pedagoga do Centro. Os resultados obtidos através desta pesquisa foram satisfatórios, pois os questionamentos que surgiram mediante o tema abordado foram respondidos.

Palavra-chave: Educação. Educação Especial, Serviço Social.

Abstract: The present research has as its theme the social worker in education and as a delimitation of the theme of the role of the social worker in special education at the Center for Stimulation for Children with Visual and Hearing Sensory Deficiency (CES) in Teresina - PI. Its general objective is to understand the importance of the social worker in the Center for Stimulation for Children with Visual and Auditory Sensory Deficiency (CES) of Teresina - PI and as specific objectives to point out the actions that the Social Worker develops in the Center, besides identifying the main demands of the Social Worker in the CES, as well as to verify the necessity of the work of the same within a multidisciplinary team in the CES. The methodology used was those of bibliographical and field research, of an exploratory nature, through semi-structured interviews and questionnaires, which were carried out with three Social Assistants, one Psychologist and one Pedagogue of the Center. The results obtained through this research were satisfactory, since the questions that arose through the topic addressed were answered.

Key words: Education. Special Education. Social Service.

1. INTRODUÇÃO

O conteúdo abordado tem total importância, pois mostra a atuação do Assistente Social no CES, como o profissional de Serviço Social pode ser importante para o meio da educação especial, assim fazendo um estudo especializado para orientar os responsáveis pelas crianças com necessidades especiais que frequentam o Centro, mostrando que toda pessoa com deficiência tem seus direitos e pode aprender a lidar com os obstáculos causados pela sociedade, rompendo barreiras e preconceitos pré-estabelecidos,

¹ Professor com formação em Serviço Social, Faculdade Uninassau-Aliança, E-mail: prof.carolmachado@hotmail.com.

² Estudante de Graduação, Faculdade Uninassau-Aliança, E-mail: prof.carolmachado@hotmail.com.

empoderando-os para que consigam ir atrás de seus direitos e consigam superar essa caminhada.

Esta pesquisa mostrou como se dá o trabalho do Assistente Social no CES, de que forma este profissional e desempenha suas funções no Centro, como ele pode contribuir, mostrando suas possibilidades e limites para as atividades ali postas, além de ajudar a equipe a obter resultados com os alunos com necessidades especiais que utilizam os serviços do Centro. A presente análise foi realizada no Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial Auditiva e Visual (CES) que funciona na Avenida Barão de Castelo Branco, nº 1049, bairro Monte Castelo, em Teresina - PI.

Nesse contexto, o estudo teve como principal meta responder aos seguintes questionamentos: De que forma se constitui a atuação do assistente social na área educacional especial no Centro? Quais e que tipos de demandas tem o Assistente Social no CES? Sobre suas demandas, quais as ações e atividades realizadas pelo Assistente Social no CES? E, por fim, qual a importância do Assistente Social na equipe multiprofissional do CES?

Diante desses questionamentos, surgiram as seguintes hipóteses: O Assistente Social deve ter a função de informar os direitos das crianças especiais; deve dar uma garantia maior para que essas crianças permaneçam na escola e não tenham esse direito tirado por consequência de suas especificidades; fazer um estudo mais aprofundado sobre as questões entre escola e família desses alunos e mostrar aos pais a importância desses alunos permanecerem na escola.

O estudo teve como objetivo geral compreender a importância do Assistente Social no Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial Auditiva e Visual (CES) de Teresina - PI. Além de objetivos específicos como: apontar as ações que o Assistente Social desenvolve no Centro; identificar as principais demandas do Assistente Social no CES e verificar a necessidade do trabalho do Assistente Social dentro de uma equipe multidisciplinar no CES.

Atualmente o Assistente Social é requisitado em múltiplas áreas de atuação, dentre elas a da saúde, judiciário e educação. Apesar de ser solicitado para intervir com diferentes expressões da questão social, sua atuação volta-se a um objetivo comum, que é de promover garantia dos direitos dos sujeitos sociais a que assiste.

Segundo ILLANUD (2016), o direito à educação é garantido na Constituição Federal de 1988 (CF/88), Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre muitas outras formas de garantia de direitos, que tem como objetivo promover a permanência e direito do cidadão à escola, com a finalidade de permitir

também a formação e especialização do indivíduo para assim poder exercer seu papel como cidadão e ser engajado no mercado de trabalho de forma especializada.

Quanto a metodologia utilizada nesta pesquisa, o primeiro procedimento utilizado para a realização deste estudo foi o de pesquisa bibliográfica. Consistindo em investigação realizada tendo como fontes livros, artigos e outros textos de caráter científicos já publicados referentes à atuação do Assistente Social em Centros de Educação Especial, a Política de Educação no Brasil, o papel do Serviço Social na política de educação especial, entre outros, buscando desvendar os relacionamentos entre conceitos, ideias e características gerais sobre a temática deste trabalho.

E, para a realização da segunda etapa deste trabalho, o procedimento utilizado foi a coleta de informações, através de entrevistas com Assistentes Sociais, Psicólogas e Pedagogas lotadas no Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial Auditiva e Visual (CES) de Teresina - PI.

O referido trabalho aqui apresentado está dividido em quatro tópicos: no primeiro, abordamos a introdução do mesmo, de forma resumida, no que consta todo o estudo. No segundo tópico, foi abordado sobre a Política de Educação no Brasil, resgatando um pouco da história da educação no Brasil, bem como seus desdobramentos na educação especial. No terceiro tópico, uma breve história do Serviço Social no Brasil, especificando a inserção do Assistente Social na Educação Especial. Finalizando o quarto e último tópico, foi realizado um estudo no Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial Auditiva e Visual, no qual foram abordados os aspectos metodológicos do estudo aqui realizado, como também as análises e discussões da pesquisa realizada no CES.

2. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Nesse tópico é apresentado um breve histórico sobre a educação no Brasil, desde o seu início, no ano de 1549, com a chegada dos primeiros padres jesuítas, até a promulgação da nova LDB – Lei das Diretrizes Básicas (lei 9394/96), que dita as orientações necessárias para a organização do sistema educacional.

Silva, J.F.; Zamai e Silva, J.S(2007) afirmam que a educação no Brasil teve início no ano de 1549, com a chegada dos primeiros padres jesuítas, que, com base no sentimento religioso de repassar a fé cristã para os populares, por mais de 200 anos foram os únicos educadores no Brasil. Eles fundaram várias escolas de nível básico, ensinando os populares a ler, escrever e contar, mas seu foco eram as escolas secundárias, as quais eram escolas de níveis.

Scachetti (2013) ressalta que os padres começaram a catequizar os índios logo que desembarcaram no Brasil. Como a Igreja Católica sentia-se pressionada pela Reforma

Protestante, o objetivo principal dos jesuítas era o de catequizar, e, para isso ocorrer, todos os índios precisariam aprender a ler.



Figura 1: Primeiras salas de aula criadas pelos jesuítas para evangelizar os índios

Fonte: Scachetti (2013).

Segundo Alves (2009),

Com a expulsão dos jesuítas, outras Ordens Religiosas como Beneditinos, Franciscanos e Carmelitas que já estavam na Colônia tentaram dar continuidade ao processo educacional para o atendimento das elites, pois o governo tentou, sem muito sucesso, cuidar do setor popular. Ainda outras iniciativas de pessoas e grupos, também foram tentadas, mas não conseguiram atingir, a contento, o que fora feito pelos jesuítas. A dificuldade em reorganizar a educação após a saída da Companhia deve-se a multiplicidade de propostas, sem, contudo, apontar metas claras objetivas, e, sobretudo em olhar a educação como um todo e, particularmente, como um caminho útil e necessário para aquele momento histórico.

Mais adiante, Ribeiro (1993) afirma que, com a administração de Dom João VI no Brasil durante mais de 10 anos, ocorreram mudanças no quadro das instituições educacionais daquele período, com a criação do ensino superior não teológico: cursos médico-cirúrgicos, a presença da Missão Cultural Francesa, Academia Real da Marinha, Academia Real Militar, a criação do Jardim Botânico, do Museu Real da Biblioteca Pública e da Imprensa Régia. Já durante o século XIX, uma das características do ensino secundário era a de se voltar totalmente ao preparo dos alunos para a sua inserção no Ensino Superior.

Conforme Baraglio (2011), na década de 1920, o setor educacional participou do movimento de renovação. Várias reformas foram feitas no ensino primário. Com isso, surgiu a primeira geração de educadores, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, etc. Nesse mesmo período, surgiram as primeiras universidades brasileiras, dando início a uma trajetória cultural e científica sem precedentes.

Segundo Aranha (1996), a história da política de educação no Brasil foi marcada por vários movimentos de educação popular, sendo assim os principais: Centros Populares de Cultura (CPC), Movimentos de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB). No entanto, com o golpe militar em 1964, esses movimentos acabam sendo retirados por serem considerados subversivos, permanecendo apenas o MEB.

De acordo ainda com Aranha (1996), após 1964, a política educacional tinha como objetivo implantar uma própria política de estado burocrático que servisse à acumulação do capital. Eles visavam a juntar o sistema educacional com o modelo econômico, surgindo então, em destaque, a União Nacional dos Estudantes (UNE), que começava a lutar para que essas mudanças não acontecessem.

Severino (2000) ressalta que ocorreram várias lutas para que a política de educação se tornasse um direito destinado a todos os cidadãos e hoje pode-se concluir que esse direito é para todo e qualquer indivíduo, pois a educação tem dever fundamental de formar todos para que possam ter sua autonomia, poder participar das políticas e, assim, conseguir lutar por seus direitos.

Alves (2014) ressalta que, entre os anos de 1964-1985, durante o governo militar, a educação ganhou uma atenção especial, além disso, ocorreram formações de grupos estudantis que questionavam os métodos utilizados pelo regime militar, o que acabou motivando o aumento do autoritarismo e da repressão dos educadores e dos estudantes. Com o fim desse período, a Constituição de 1988 reforçou a preocupação do governo com a educação, quando delimitou um prazo de 10 anos para o fim do analfabetismo e a universalização do ensino.

Em 1996 foi promulgada a nova LDB – Lei das Diretrizes Básicas, a lei 9394/96 dita as orientações necessárias para a organização do sistema educacional. Ela deve garantir uma educação de qualidade capaz de contribuir para o crescimento por completo do cidadão, amenizando as desigualdades originadas por questões sociais e econômicas. Essa lei vigora até os dias de hoje.

2.1. A Política de Educação e seus Desdobramentos na Educação Especial

De acordo com Leite (2011), a Educação Especial consiste, de forma geral, no ensino de alunos com deficiências, distúrbios comportamentais e de aprendizagem, entre outras condições que afetam o seu desenvolvimento. Além disso, este tipo de educação faz parte de um modelo de atendimento especializado e segregado das escolas comuns. Contudo, nos últimos anos, tendo em vista as novas expectativas sociais, os profissionais que trabalham nesse ramo procuram incessantemente por alternativas que tornem a Educação Especial menos segregada possível das escolas comuns. Daí surgiu o modelo de educação denominado de Educação Inclusiva.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura - MEC / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI (2016), a educação especial começou como um atendimento educacional especializado que servia de substituto ao ensino comum, revelando diferentes compreensões e modalidades que ocasionaram, mais adiante, a origem de instituições especializadas e escolas especiais. Essas instituições, fundamentadas nos conceitos de normalidade e anormalidade, buscavam e determinavam formas de atendimento clínico-terapêuticos, a fim de se definirem práticas escolares para os estudantes com deficiência.

A referência, no âmbito legislativo, à Educação Especial, em um nível nacional, apresenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 4024/61, que, no seu terceiro capítulo, trouxe os artigos 88 e 89, referente ao portador de deficiência.

Art. 88 - A educação de excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino, a fim de integrá-lo na comunidade"; Art. 89 -Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais, receberá dos poderes políticos, tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções" (BRASIL, 1961).

Além disso, visando ao maior índice de inclusão social para pessoas especiais, a Lei de Diretrizes e Base da Educação tem como objetivo principal a inclusão de crianças no ensino regular. Por esse motivo, assim como as escolas precisam se adequar às exigências da lei, os profissionais também necessitam se capacitar de acordo com o exigido.

Mantoan e Santos (2018) ressaltam que o direito das pessoas com deficiência à educação deve ser garantido através de um sistema educacional de inclusão em todos os níveis, sendo eles a Pré-escola, o Ensino Fundamental, Médio e Superior, a educação continuada, atividades sociais, vocacionais e extracurriculares. De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que possui o status de norma no Brasil, as pessoas com deficiência não podem ser retiradas do sistema de educação geral sob o motivo de deficiência, pois devem receber todo o apoio necessário a facilitar a sua efetiva educação.

Lopes (2018) aponta que o processo da inclusão tem uma dimensão que é muito maior que apenas a inserção de alunos, considerados especiais, na classe comum e de alterações pontuais na grade curricular. A Inclusão consiste em um envolvimento de toda a escola, um gerenciamento do projeto político pedagógico e, além disso, do compromisso político de uma reestruturação das prioridades do sistema escolar.

3. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Na visão de Silva A., Silva D e Junior (2016), o Serviço Social no Brasil iniciou-se em meados dos anos de 1930 e 1940 e não nasceu de uma maneira natural, ele nasceu por consequência de dois outros processos que, por gerarem condições sócio históricas, deram entrada para que a profissão pudesse ser inserida no cenário brasileiro.

Para Santos e Silva (2015), o primeiro processo é o redimensionamento do Estado, no qual ele estava ligado diretamente no processo econômico. Mas isso muda no capitalismo monopolista, pois as funções políticas do mesmo se encaixam com as funções econômicas. Então, a política vem como estratégia para os interesses da burguesia, para amenizar os conflitos de classe existentes.

Na visão de Silva A., Silva D e Junior (2016), o segundo processo que devemos destacar é a busca pela recuperação da hegemonia ideológica da Igreja Católica, através do

fortalecimento da chamada Ação Católica e, por conseguinte, a Ação Católica Brasileira (ACB).

Com o intuito de engrandecer a temática deste estudo, Viana, Carneiro e Gonçalves (2015) destacam que, no regime militar que ocorreu no Brasil de 1964 a 1985, desenvolveu-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Esse movimento foi fomentado por interesses imperialistas que tinham como objetivo principal reter a expansão do comunismo na América Latina.

Dessa maneira, os mesmos autores afirmam que o Serviço Social se apresentava como reprodutor das formas tradicionais da origem dessa profissão, com uma prática assistencialista, paliativa e caritativa, reforçada pela autocracia burguesa. Vale destacar que o Movimento de Reconceituação é um importante marco do Serviço Social, pois foi a partir daí que se originou um outro ponto de vista da prática profissional, com foco na análise crítica da realidade social.

3.1. A Inserção do Serviço Social na Educação Especial

Abed (2017) afirma em seu artigo que o profissional em Serviço Social pode atuar nas mais diversas áreas e que o setor educacional é uma delas. É importante que a realidade social contemporânea entenda a relevância que os assistentes sociais possuem como agentes críticos diretamente envolvidos nas lutas sociais, atuando junto às políticas públicas, seja elaborando-as, executando-as ou tornando-as acessíveis.

Segundo Souza e Silva (2017), após a Constituição Federal de 1988 e da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial passou a ser entendida como uma política pública importante que traz o desenvolvimento de medidas que promovem o acesso, a continuação e o bom proveito escolar dos alunos inseridos na rede de ensino, que contribui de maneira relevante para a construção de um ensino público de qualidade, no qual um de seus principais pilares é o exercício pleno da cidadania.

Para os mesmos autores, o Assistente Social é um profissional que possui competências técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas para interferir nos problemas de questão social, garantindo o pleno acesso aos direitos sociais, atuando em um cenário de desigualdades sociais produzidas pelo sistema capitalista e as relações de poder envolvidas. Desse modo, o Assistente Social, no que tange à Educação Especial, está focado na defesa e garantia dos direitos das pessoas que possuem deficiência, sempre buscando a superação da dupla exclusão deficiência/pobreza.

Para Orlandini, Alessandra; Orlandini, Andressa e Dallago(2015),o profissional de Serviço Social dentro de espaços educacionais vem para somar com toda a equipe multidisciplinar, com o objetivo de auxiliar a escola e também os seus profissionais na

garantia dos direitos dos alunos, com a interação e trabalho de toda a equipe envolvida no processo de ensino e aprendizagem.

4. A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CES

O Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial Auditiva e Visual “Mauro César Evaristo” (CES) é uma instituição regida pelo Governo de Estado do Piauí, através da Secretaria de Educação e Cultura SEDUC – Piauí. Onde oferece atendimentos de estimulação sensorial e educacional especializado, sem se fazer no lugar de ensino regular das crianças ali assistidas. Os atendimentos do Centro são realizados nos horários opostos aos das crianças nas escolas, para poder assim promover um apoio maior entre o centro e as escolas. Este se dá com a contribuição do trabalho de uma equipe multidisciplinar, a qual elabora recursos para a acessibilidade educacional dessas crianças.

O Centro tem como função promover o Atendimento Educacional Especializado – AEE, estimulando precocemente as crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. É formado por uma equipe bastante ampla, com mais ou menos 35 funcionários de várias especificidades, na promoção de um melhor atendimento às crianças surdas e cegas. Ele é composto pela diretora, coordenadora pedagógica, coordenadoras multiprofissionais, secretárias, vigias, serviços gerais, educador físico, instrutor de libras, assistentes sociais, psicóloga, psicopedagoga, fonoaudióloga e fisioterapeuta.

Para conclusão dessa pesquisa, foi realizado entrevista com três assistentes sociais, uma psicóloga e uma pedagoga do Centro.

Uma das perguntas questionadas às assistentes sociais foi sobre as suas principais demandas, na qual elas recebem várias demandas dentro do Centro. De acordo com suas vivências, as profissionais relatam que grande parte das demandas atendidas pelas assistentes sociais no Centro são vindas através de encaminhamentos das escolas regulares, maternidades e outras instituições, que veem a necessidade de um acompanhamento mais específico para aquelas crianças com deficiência visual e auditiva, mas também surgem através da procura dos pais e/ou família, que ouvem falar sobre o CES, recebem indicações ou descobrem o lugar e vão à procura de como incluir seu filho.

Quanto às ações das assistentes sociais no Centro, percebe-se que todas assistentes sociais da instituição afirmam que o serviço social vem a ser a porta de entrada do CES. Com base nisso, as atribuições das mesmas dividem-se em fazer acolhimentos nas entrevistas, para conseguir identificar se aquela demanda se enquadra no perfil da instituição e mostrar às famílias que ela será bem-vinda na instituição, além de pode ter uma relação aberta com os profissionais. É através dessa primeira entrevista que as famílias tiram sua primeira impressão e daí discorre o andar da evolução da criança, pois nesse

primeiro momento as famílias chegam muitas vezes assustadas com toda a situação e as assistentes sociais mostram uma postura acolhedora e aberta, mudando visões e quebrando incertezas.

É feito também acolhimento individual depois que a criança já está inserida na instituição. Juntamente à família, esse processo continua e é de grande relevância no desenvolver dos pais e filhos. São feitas visitas nas escolas de ensino regular. Para mediar essa ponte entre CES e escola, é necessária a atuação das profissionais nas escolas regulares, pois elas podem apontar quais pontos merecem mais atenção para um melhor desenvolvimento da criança.

é feito um trabalho também de intersetorialidade, pois as profissionais precisam, em muitos casos, agir com outros órgãos, até porque por conta da vivência bastante aberta, as profissionais acabam conhecendo bastante cada família e podem contribuir de várias formas, e assim suas atribuições vão se dando também mediante à demandas que vão surgindo.

Quanto ao trabalho do Assistente Social com a equipe multidisciplinar /multiprofissional é bastante positivo, pois as assistentes sociais relatam que envolvimento no processo de desenvolvimento de planos e projetos das assistentes sociais juntamente com a psicologia é uma necessidade institucional feita em conjunto, mas que também permite que cada profissional possa desenvolver suas ações específicas, que são voltadas principalmente à promoção dos direitos, no empoderamento das famílias, para poder mostrar que a família tem papel fundamental no desenvolvimento das crianças e são a partir dela que elas poderão crescer procurando sua independência e entendendo suas especificidades.

A psicóloga e a pedagoga entrevistadas, que atuam juntamente na equipe multiprofissional com as assistentes sociais, destacaram a importância da atuação das mesmas dentro de uma equipe multiprofissional, ressaltando que as assistentes sociais do CES têm papel fundamental na instituição, elas fazem o trabalho de porta de entrada das crianças, dão atenção familiar, fazem as visitas institucionais e domiciliares se preciso, estão inseridas em todas as atividades desenvolvidas no centro e procuram sempre atuar diretamente com os pais, mediando os conflitos existentes. Estão ainda disponíveis a orientar os pais no alcance de seus direitos e estimulam a inserção das crianças na sociedade, além de contribuírem no trabalho em equipe.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os objetivos estabelecidos para esta pesquisa, todos os questionamentos foram analisados e respondidos no decorrer da mesma, esclarecendo

questões como a importância do Assistente Social no Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial Auditiva e Visual (CES) de Teresina - PI, quais ações esse profissional desenvolve dentro do centro, quais suas principais demandas e a necessidade do trabalho do Assistente Social dentro de uma equipe multiprofissional.

Os dados colhidos para a pesquisa podem ser usados para maiores aprofundamentos, sendo notado que algumas dessas questões permitem ser analisadas em outras produções, como o trabalho direto entre Assistente Social e família sendo uma ferramenta fundamental para que as crianças ali assistidas consigam evoluir tanto em suas especificidades, quanto como pessoas e futuros cidadãos.

A pesquisa foi construída com a finalidade de mostrar como acontece a atuação do Assistente Social em um Centro de estimulação para crianças com deficiências auditivas e visuais e essa finalidade foi alcançada com êxito, pois o presente estudo ressalta claramente a atuação e importância das Assistentes Sociais nesta área de estimulação sensorial. Pôde-se identificar que o serviço social cria um elo grandioso com as famílias e faz com que estas se adentrem na instituição, observado que o trabalho do serviço social funciona como porta de entrada das demandas assistidas pelo local, então suas ações e atribuições profissionais são bastante relevantes.

REFERÊNCIAS

ABED, Naila Muhammad. Atuação do profissional do serviço social na educação especial. *Educação, Psicologia e Interfaces*, Nova Andradina, | 1(1) | 44-56 | Maio-Agosto de 2017. ISSN: 2594-5343

ALVES, Washington L. Urbano. *A História da Educação no Brasil: da Descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996*. 2009. 93 p. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Metodologia do Ensino Superior) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, 2009.

ALVES, Lorena Castro. *História da Educação no Brasil*. 2014. Disponível em: <<https://escolaeducacao.com.br/historia-da-educacao-no-brasil/>>. Acesso em: 29 set.2018.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação*. 2, ed, ver, e atual, São Paulo: Moderna. 1996.

BARAGLIO, Gisele Finatti. *História da Educação no Brasil: Um breve resumo*. Disponível em: <http://gisele-finatti-baraglio.blogspot.com/2011/07/historia-da-educacao-no-brasil-um-breve.html>. Acesso em 27 set.2018.

BATISTA, Cristina A. Mota. *Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Presidência da República. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. 13.146, de 6 de julho de 2015.

BUENO. A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular. Temas sobre desenvolvimento. São Paulo: Memnon, vol. 9, n.54, 2001. p. 21-27.

CASTRO, M. M. História do Serviço Social na América Latina. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARMONA, Talita. A História do Serviço Social. 2010. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-historia-do-servico-social/44882>>. Acesso em: 19 out.2018.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA PREVENÇÃO DO DELITO E TRATAMENTO DO DELINQUENTE (ILANUD). O Direito à Educação: garantias legais. 2016. Disponível em: <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/dca/o-direito-a-educacao-garantias-legais/>>. Acesso em: 21 set.2018.

JUNIOR, Alvaro Francisco de Brito; JUNIOR, Nazir Feres. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

LEITE, Alexandre Roberto. A Educação Especial no Brasil e os Aspectos Pedagógicos. 2011. Disponível em <<https://www.webartigos.com/artigos/a-educacao-especial-no-brasil-e-os-aspectos-pedagogicos/78097>>. Acesso em: 3 out.2018.

LOPES, Mariana Moraes. Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal De São Carlos. São Carlos. 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. A Educação Especial No Brasil: da Exclusão À Inclusão Escolar. 2013. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>>. Acesso em: 03 out.2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér / SANTOS, Lenir. MEC Recebe Reivindicações Contra Desmonte da PNEEPEI. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/tag/politica-nacional-de-educacao-especial/>>. Acesso em: 03 out.2018.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA / SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (MEC / SECADI). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 3 out.2018.

MOREIRA, Camila. Marcos históricos e legais da Educação especial no Brasil. 2013. Disponível em: <<https://cmoreira2.jusbrasil.com.br/artigos/111821610/marcos-historicos-e-legais-da-educacao-especial-no-brasil>>. Acesso em: 3 out.2018.

ORLANDINI, Alessandra de Souza; ORLANDINI, Andressa de Souza; DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. Serviço social e educação inclusiva na perspectiva da garantia dos direitos. In: XXIII SEMANA ACADÊMICA DE SERVIÇO SOCIAL, 2015, Toledo.

PIAÚÍ, Governo do estado. Secretaria Estadual de educação – SEDUC. Centro de estimulação para crianças com deficiência sensorial Auditiva e Visual – CES regimento. Teresina-PI, 2012.

RAYMUNDO, Rafael Tourinho. Pesquisa Bibliográfica: tudo o que você precisa saber para fazer a sua. 2018. Disponível em: <<https://viacarreira.com/pesquisa-bibliografica-204626/>>. Acesso em: 8 jun. 2018.

RIBEIRO, Paulo R. Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003>. Acesso em: 21 set.2018.

SANTOS, Deildo Jacinto; SILVA, Diego Tabosa. Fundamentos Históricos do Serviço Social Brasileiro e o Projeto Ético-Político Profissional: Uma História Em Construção Na Unigranrio, 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/mrss/article/view/3021/1400>>. Acesso em: 21 out.2018.

SCACHETTI, Ana Ligia. História da Educação no Brasil. 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/3433/ensino-com-catecismo>>. Acesso em: 21 set.2018.

SEVERINO, Antônio J. Educação, Trabalho E Cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200010>. Acesso em: 29 set.2018.

SILVA, Anália Barbosa / SILVA, Diego Tabosa / JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. O serviço social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. In: 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2016, Belo Horizonte.

SILVA, Josias Ferreira; ZAMAI, Carlos Aparecido; SILVA, Joseane S.F. As Reformas Educacionais no Brasil. Movimento & Percepção, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 8, n. 11, jul/dez 2007 – ISSN 1679-8678.

SOUZA, Lenara Antão de A. Ribeiro; SILVA, Sheila Kaline Leal. O serviço social e educação especial: análise da atuação profissional no deee do município de Marabá-pa. In: IV PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2017, Marabá.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. O movimento de reconceituação do serviço social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL. 2015, Florianópolis.

ZERBATO, A. P. O papel do professor de educação especial na proposta do coensino. Dissertação do Programa de Pós graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. São Paulo. 2014.